



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Estudo Técnico Preliminar
(Processo administrativo nº 23076.058.335/2023-02)

Equipe de Planejamento da Contratação

(PORTARIA DE DESIGNAÇÃO Nº 68, DE 15 DE MAIO DE 2023 /DLC-PROGEST)

1. Objeto/Objetivo

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de execução de obras para **Construção da Praça localizada entre o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), o Centro de Artes e Comunicação (CAC) e o Centro de Educação (CE), todos situados no Campus Joaquim Amazonas da UFPE**. A obra compreende uma área total de intervenção de 12.065,00 m², e a contratação planejada se dará com fornecimento de mão de obra, material, equipamentos de proteção individual e coletiva, uniforme, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços.

2. Referência legal

Relacionam-se diretamente ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) os seguintes instrumentos normativos, bem como, em caso de revogação, os que vierem a substituí-los:

2.1. Licitações e contratos administrativos

- I. Lei Federal nº 8.666/93 (Dispõe sobre licitações e contratos administrativos);
- II. Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento e Gestão (Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional);
- III. Instrução Normativa nº 40/2020 do Ministério da Economia (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

IV. Decreto federal nº 9.507/2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União).

2.2. Proteção ambiental

I. Resolução CONAMA 307/2002 (Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil);

II. Decreto nº 7.746/2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal);

III. IN 01/2010 (Dispões sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, serviços ou obras pela Administração Pública Federal).

2.3. Canteiro de obras

- I. NR 1 (Disposições gerais);
- II. NR 4 (Serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho);
- III. NR 5 (Comissão interna de prevenção de acidentes);
- IV. NR 6 (Equipamento de Proteção Individual – EPI);
- V. NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);
- VI. NR 8 (Edificações);
- VII. NR 9 (Programa de prevenção de riscos ambientais);
- VIII. NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade);
- IX. NR 11 (Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais);
- X. NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos);
- XI. NR 17 (Ergonomia);
- XII. NR 18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção);
- XIII. NR 24 (Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- XIV. NR 26 (Sinalização de segurança);
- XV. NR 28 (Fiscalização e penalidades).

2.4 Acessibilidade

- I. ABNT NBR 9050/2020 (Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos);
- II. ABNT NBR 16537 (Acessibilidade-Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação).

2.5 Instalações elétricas

- I. ABNT NBR 5410 (Instalações elétricas de baixa tensão).

2.6 Instalações hidrossanitárias

- I. NBR 8160 (Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução);
- II. NBR 5626 (Instalação predial de água fria).

2.7 Estruturas de concreto

- I. ABNT NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento);
- II. ABNT NBR 6118 (Projeto de estruturas de concreto - Procedimento).

2.8 Outras normas e atos normativos passíveis de aplicação

- I. Plano Diretor do Campus Joaquim Amazonas;
- II. Lei nº 16.176/96 (Lei do Uso e Ocupação do Solo da cidade do Recife);
- III. Lei nº 16.292/97 (Código de Obras da Cidade do Recife);
- IV. Todas as normas técnicas aplicáveis à drenagem de águas pluviais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

O rol de instrumentos normativos apresentados nessa relação é meramente exemplificativo, sendo de responsabilidade da contratada a observância de outras legislações e/ou normas técnicas aplicáveis à execução do objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, sejam elas nacionais ou internacionais.

3. Necessidade da Contratação

Atualmente, o espaço compreendido entre as edificações do CFCH, CAC e CE funciona como um estacionamento de veículos, deixando de aproveitar toda a vocação do espaço para ser um ambiente de convívio e intercâmbio cultural entre os estudantes, professores e técnicos administrativos desses três centros, bem como de toda a comunidade acadêmica do campus Reitor Joaquim Amazonas.

Ademais, o espaço em comento situa-se próximo a importantes pontos de interesse da Universidade, como o NIATE-CFCH, o Colégio de Aplicação e o Restaurante Universitário.

É necessário, assim, que haja a requalificação do espaço existente, por meio de um projeto que conceba, de modo integrado, arquitetura, urbanismo e paisagismo, de modo a converter o atual uso de estacionamento para um espaço de convívio, alimentação e contemplação.

Nesse sentido, a presente contratação tem como objetivos:

- a) Criar um espaço de convívio, alimentação e contemplação entre o CFCH, CAC e CE;
- b) Privilegiar os estudantes, técnicos administrativos e professores em detrimento dos veículos automotores na concepção de urbanística e paisagística do campus Reitor Joaquim Amazonas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- c) Ampliar os espaços acessíveis do Campus Reitor Joaquim Amazonas;
- d) Ampliar a área verde do Campus Reitor Joaquim Amazonas.

4. Planejamento Estratégico

- I. De acordo com o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2013-2027, a UFPE possui como missão “promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, segundo sólidos princípios éticos, socioambientais e culturais” e possui, como visão, “Ser uma universidade de classe mundial, comprometida com a transformação e desenvolvimento da humanidade”. Nessa perspectiva, a fim de atender tal mister, possui como objetivo estratégico “ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física da universidade”. Dentro deste objetivo, possui como ação estratégica “restaurar, reformar, ampliar, atualizar e construir laboratórios, salas de aula, com estrutura para teleconferência - e administrativa, em todos os campi”.
- II. A contratação em tela também se alinha ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023, uma vez que a UFPE possui como objetivo estratégico “Ampliar, modernizar e manter a infraestrutura física, garantindo a acessibilidade com eficácia”. Tal objetivo se desdobra em 5 ações, dentre as quais merece destaque a 17.1, que seria “Ampliar e requalificar a infraestrutura física”.
- III. O item demandado consta da listagem do Plano de Contratações Anual da UFPE – PCA 2023, no item 249/2023.

5. Requisitos da Contratação

- I. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- II. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;
- III. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e a administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como;
- a) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;
 - b) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
 - c) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
 - d) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
 - e) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para prestar os serviços, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;
 - f) Conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;
- IV. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- V. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;
- VI. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;
- VII. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;
- VIII. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;
- IX. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;
- X. A Construção da Praça entre o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), o Centro de Artes e Comunicação (CAC) e o Centro de Educação (CE) produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Entretanto, é imperativo que estes resíduos sejam armazenados e descartados adequadamente, a fim de evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:
 - A. Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
 - B. Observar o manual Resíduos da Construção Civil elaborado pela Diretoria de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Pernambuco.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

C. Destinar adequadamente os resíduos produzidos, devendo a contratada cumprir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil aprovado pela EMLURB, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados no projeto arquitetônico, nos projetos complementares e nos memoriais descritivos.

XI. A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção, devendo, para isso, dentre outras ações:

A. Utilizar peças metálicas, reutilizáveis e recicláveis, sempre que necessário o escoramento de formas de estrutura em concreto.

B. Utilizar madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros.

C. Destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a construção da obra, na forma e nos quantitativos especificados no orçamento anexo, devendo apresentar à fiscalização da execução da obra a comprovação do serviço realizado.

D. Adotar práticas sustentáveis, como as previstas no art. 4º do Decreto 7.746, especialmente:

(i) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

(ii) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como, água e energia.

(iii) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- XII. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável;
- XIII. Posteriormente, as obrigações da Contratante e da Contratada serão integralmente delimitadas no Projeto Básico da contratação e no contrato pactuado entre as partes.

6. Estimativa das Quantidades

6.1 Segundo o projeto executivo de arquitetura elaborado pela arquiteta Ana Carolina Previatello (CAU A61095-0), as intervenções necessárias para a construção da praça localizada entre o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), o Centro de Artes e Comunicação (CAC) e o Centro de Educação (CE), tratam-se, principalmente, das seguintes:

6.1.1 Estacionamento 01 (Norte)

- I. Construção de calçada em concreto usinado, armado e em acabamento antiderrapante, com juntas cortadas de acordo com a paginação prevista no projeto executivo de arquitetura;
- II. Construção de concreto em concreto simples;
- III. Instalação de guia em concreto pré-moldado rejuntado com argamassa de cimento e areia;
- IV. Instalação de piso tátil direcional em placa pré-moldada de concreto, dimensão 25x25cm;
- V. Recomposição de trecho de piso em pedra granítica tipo paralelepípedo;
- VI. Construção de mureta em alvenaria medindo 45cm de altura com pintura em tinta acrílica antimofos;
- VII. Pintura de mureta existente no Centro de Educação com tinta acrílica antimofos;
- VIII. Sinalização horizontal de vaga acessível através de pintura de faixa com tinta acrílica premium na cor branco e pintura de fundo com tinta acrílica na cor azul;
- IX. Instalação de placa vertical de sinalização de vaga acessível em chapa de aço galvanizado.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

6.1.2 Praça do CFCH-CAC-CE e estacionamento 02 (Oeste)

- I. Construção de calçada em concreto usinado, armado e em acabamento antiderrapante, com juntas cortadas de acordo com a paginação prevista no projeto executivo de arquitetura;
- II. Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, com espessura de 5cm;
- III. Refazimento de pavimento da calçada de intertravado com aproveitamento de material
- IV. Instalação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada de concreto, dimensão 25x25cm;
- V. Instalação de piso tátil de alerta em placa pré-moldada de concreto, dimensão 40x40cm;
- VI. Construção de canaleta em concreto simples, para recebimento de placa de drenagem em concreto pré-moldado;
- VII. Instalação de guia em concreto pré-moldado em meia lua para alegrete, rejuntado com argamassa de cimento e areia;
- VIII. Instalação de guia em concreto pré-moldado em meia lua para alegrete, rejuntado com argamassa de cimento e areia;
- IX. Construção de escada em concreto simples, com acabamento antiderrapante;
- X. Construção de rampa em concreto usinado, armado, com acabamento antiderrapante;
- XI. Pavimentação em concreto simples;
- XII. Recomposição do piso em pedra granítica tipo paralelepípedo com rejuntamento em argamassa cimento e areia;
- XIII. Recomposição do piso em granilite vermelho da calçada de pedestres;
- XIV. Instalação de base para jardim drenante composto por substrato vegetal, manta geotêxtil não tecido 100% poliéster, instalado em dreno;
- XV. Sinalização horizontal de vaga acessível através de pintura de faixa com tinta acrílica premium na cor branco e pintura de fundo com tinta acrílica na cor azul;
- XVI. Instalação de piso tátil direcional em placa pré-moldada de concreto, dimensão 25x25cm;
- XVII. Construção de base de concreto para container;
- XVIII. Construção de mureta em alvenaria com tijolo dobrado e acabamento em pintura com tinta acrílica antimofos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- XIX. Aplicação de revestimento em massa corrida base acrílica e pintura em látex acrílico antimoho;
- XX. Instalação de tubo de aço galvanizado para guarda-corpo, com pintura antiferrugem e acabamento em esmalte sintético;
- XXI. Instalação de corrimão em tubo de aço galvanizado com pintura antiferrugem e acabamento em esmalte sintético;
- XXII. Instalação de fita antiderrapante tipo safety walk, cor amarelo;
- XXIII. Instalação de placa vertical de sinalização de vaga acessível em chapa de aço galvanizado.

6.1.3 Espécies vegetais do tipo arbórea a serem plantadas (nomes populares)

- I. Sombreiro, com instalação de dois anéis de concreto armado, liso, sem fundo, com diâmetro interno de 1,50 metros e altura de 50 centímetros;
- II. Faveira;
- III. Ipê-amarelo;
- IV. Sucupira;
- V. Ipê-roxo;
- VI. Cássia-grande;

6.1.4 Espécies vegetais do tipo arbustiva a serem plantadas (nomes populares)

- I. Gengibre vermelho;
- II. Bananeira do brejo;
- III. Ave do paraíso;
- IV. Heliconia papagaio;
- V. Guaimbé de folha ondulada;
- VI. Costela-de-adão;

6.1.5 Espécies vegetais do tipo rasteira a serem plantadas (nomes populares)

- I. Clorofito;
- II. Lambari roxo;
- III. Jibóia;
- IV. Grama batatais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

6.1.6 Mobiliário urbano

- I. Banco com base em concreto em L com e sem encosto;
- II. Banco com base em concreto em L com encosto;
- III. Banco com base em concreto em L sem encosto;
- IV. Banco com base em concreto sem encosto;
- V. Banco com base em concreto com encosto;
- VI. Mesa de piquenique em concreto com banco em concreto sem encosto;
- VII. Mesa de piquenique acessível em concreto com banco em concreto sem encosto;
- VIII. Pontos de água/esgoto e força para instalação posterior de containers;
- IX. Instalação de lixeira cilíndrica em aço e ripas de madeira chumbada ao solo;
- X. Poste decorativo com 02 pétalas, em aço galvanizado;
- XI. Luminária de LED para iluminação pública;
- XII. Bicicletário em tubo de aço galvanizado pintado em esmalte sintético.

6.2 Estima-se que a área total de intervenção, extraída do projeto executivo de arquitetura, seja de 12.065,00 m², incluindo, principalmente, os seguintes ambientes:

- I. Nova Praça e Área do estacionamento 01 (norte), com área de intervenção de 8.725,00 m²;
- II. Área de estacionamento 02 (oeste), com área de intervenção de 3.340,00 m².

7. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar

No âmbito da administração pública federal é comum a contratação de empresas de engenharia para construção de novas edificações e reformas de edificações existentes, com o objetivo de dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada para o desempenho de suas funções.

Entretanto, é imprescindível que os gestores públicos, ao planejar a construção ou reforma de qualquer edificação verifiquem se essa é, de fato, a solução mais viável do ponto de vista do interesse público, bem como se há, na região, empresas com capacidade técnica e operacional para executar a obra no padrão desejado.

Nesse sentido, a contratação de empresa de engenharia para construção da praça localizada entre o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), o Centro de Artes e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Comunicação (CAC) e o Centro de Educação (CE), é uma medida imprescindível ao atendimento das necessidades identificadas pela equipe da Superintendência de Projetos e Obras, conforme motivação exposta no item 3 (Necessidade da Contratação) deste documento.

Ademais, a construção da praça localizada entre o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), o Centro de Artes e Comunicação (CAC) e o Centro de Educação (CE) não é uma obra dotada de maiores complexidades, podendo ser facilmente executada pelas empresas e profissionais presentes na região. A esse respeito, muito embora o Projeto Básico desta contratação possa, futuramente, impor requisitos de qualificação técnicas aos quais os licitantes deverão atender, tais exigências não serão um empecilho à ampla competitividade do certame.

Além disso, os projetos foram desenvolvidos em fiel observância às normas técnicas e legislações vigentes, o que assegura que a solução desenvolvida se adequa às melhores práticas construtivas contemporâneas.

Ainda, ressalta-se que todos os insumos utilizados e serviços a serem realizados foram orçados por meio de tabelas oficiais, como a SINAPI, e cotações com fornecedores atuantes no mercado local, conforme entendimento explicitado pelo Tribunal de Contas da União, no acórdão 719/2018-Plenário:

As regras e os critérios para elaboração de orçamentos de referência de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública devem se basear precipuamente nos sistemas referenciais oficiais de custo (Sinapi) , estabelecidos no Decreto 7.983/2013 - no caso de certames fundamentados na Lei 8.666/1993 que prevejam o uso de recursos dos orçamentos da União -, bem como no art. 8º, §§ 3º, 4º e 6º, da Lei 12.462/2011, e no art. 31, §§ 2º e 3º, da Lei 13.303/2016. Tais referenciais consideram, de forma direta ou indireta, os parâmetros salariais e outras disposições de instrumentos de negociação coletiva de trabalho na formação de custos com a mão de obra.

Portanto, diante do exposto, a contratação de empresa de engenharia para construção da praça localizada entre o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), o Centro de Artes e Comunicação (CAC) e o Centro de Educação (CE), todos da Universidade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

Federal de Pernambuco, com fornecimento de mão de obra e materiais, mostra-se como a solução mais adequada e viável para atingir os escopos previstos para essa contratação.

8. Estimativas de preços ou preços referenciais

Estima-se que para a contratação seja necessário, conforme orçamento anexo, o montante de **RS 3.016.437,56 (três milhões dezesseis mil quatrocentos e trinta sete reais e cinquenta e seis centavos).**

9. Descrição da solução como um todo

- I. A solução desenvolvida na presente contratação **trata-se da execução de obra**, definida pelo artigo 6º, I, da lei 8.666/93 como “Toda construção, **reforma**, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta”;
- II. Trata-se, também, de **obrigação de natureza não continuada ou contratada por escopo**, definida pelo Art. 16, caput, da IN 05/2017, do Ministério do Planejamento, como aquelas que “impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993”;
- III. Além disso, o objeto da contratação desse Estudo Técnico Preliminar é perfeitamente passível de **execução indireta**, posto que não incide nas vedações previstas no artigo 3º do decreto nº 9.507/2018;
- IV. Ademais, o regime de execução a ser adotado será o de **empreitada por preço unitário**, tendo em vista que, por tratar-se de intervenção em edificação existente, é possível que se constate, durante a execução, variações nos quantitativos determinados em projeto, conforme entendimento explicitado no Acórdão nº 1.977/2013, do Tribunal de Contas da União;
- V. No que se refere ao tempo de duração da obra, estima-se que será necessário o período de **300 dias**;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- VI. Por fim, a contratação de empresa para execução dos serviços tratados neste documento **não exige dedicação exclusiva de mão de obra**, uma vez que não se fará necessária a alocação contínua e permanente dos empregados nas dependências do órgão.

10. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Consoante a **súmula 247** do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo** ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado. Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades. Nesse sentido, adverte o Tribunal de Contas da União ¹:

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem

¹ Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas / Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOP, 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

Espera-se que, após a conclusão da obra planejada:

- I. Seja criado um novo espaço de convívio, alimentação e contemplação entre o CFCH, CAC e CE para uso da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Pernambuco;
- II. Sejam ampliados os espaços acessíveis, os espaços para circulação de pedestres e a área verde do Campus Reitor Joaquim Amazonas.

12. Providências para adequação do ambiente do órgão

No que se refere à adequação do ambiente do órgão, temos que:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE PROJETOS E OBRAS

- I. A Universidade Federal de Pernambuco dispõe de servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.
- II. Será necessária a elaboração de estudos, por parte dos Centros de Artes e Comunicação (CAC), Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) e Educação (CE), para avaliar o impacto da execução das obras nas atividades desenvolvidas nas edificações, de modo a não repercutir negativamente no cronograma de execução.

13. Declaração da viabilidade ou não da contratação

Diante do exposto, após a análise da Equipe de Planejamento para Eventuais Contratações de Obras de Engenharia, chegou-se à conclusão que a contratação é viável e necessária, nos termos aqui propostos.

Recife, 10 de julho de 2023.

Assinatura dos Membros da Equipe de Planejamento

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA SIAPE	PARECER (FAVORÁVEL/DESFAVORÁVEL)
Geraldo Cabral de Carvalho Filho	2060183	FAVORÁVEL
Nicolau Firmo Barbosa Spinelli	3207458	FAVORÁVEL
Maria Isabel Pinto de Oliveira	1133506	FAVORÁVEL

Aprovo: _____

Assinatura da autoridade competente



Emitido em 12/07/2023

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR Nº 9/2023 - DPP (11.02.04)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 12/07/2023 09:19)

CARLOS HENRIQUE LOPES FALCAO

SUPERINTENDENTE - TITULAR

SPO-UFPE (11.02.01)

Matrícula: ###346#5

(Assinado digitalmente em 12/07/2023 10:22)

GERALDO CABRAL DE CARVALHO FILHO

CHEFE - TITULAR

DE SPO (11.02.06)

Matrícula: ###601#3

(Assinado digitalmente em 12/07/2023 10:29)

MARIA ISABEL PINTO DE OLIVEIRA

DIRETOR - TITULAR

DPP (11.02.04)

Matrícula: ###330#6

(Assinado digitalmente em 12/07/2023 09:57)

NICOLAU FIRMO BARBOSA SPINELLI

ARQUITETO E URBANISTA

CA SPO (11.02.05)

Matrícula: ###074#8

Visualize o documento original em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **9**, ano: **2023**, tipo: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR**, data de emissão: **12/07/2023** e o código de verificação: **8ec15eba14**